

DEMOCRACIA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL. AVALIAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO

Regiane Nitsch Bressan

Este capítulo revela a percepção das sociedades dos países da América do Sul sobre Integração Regional e Democracia. Mantém-se a hipótese central de que a integração regional, ao não incorporar questões relevantes à sociedade, como políticas sociais, consolida o descontentamento populacional com o déficit democrático, ainda que em certa medida, a população apoie acordos de cooperação regional.

A proposta neste capítulo é desvelar e examinar a opinião pública principalmente dos cidadãos dos países do Mercosul e dos países da Comunidade Andina, sobre os processos de integração regional e democracia, utilizando como parâmetro, as pesquisas de opinião do Latinobarômetro. A partir desta análise será possível responder uma das perguntas centrais do estudo desta obra, se a institucionalização de um Parlamento Regional, no caso o Parlan-dino, favoreceu positivamente a percepção da sociedade sobre a integração. Além disso, foi realizada a correlação entre a preferência pela integração regional sul-americana e o apoio à democracia desta mesma população.

Se por um lado, o déficit democrático doméstico afeta diretamente as propostas de integração, a história recente da América Latina demonstra como políticas regionais em defesa da democracia foram importantes para a manutenção desse regime em diferentes países. Recentes ações concertadas regionalmente para salvaguardar a relativa estabilidade institucional em países como Peru, Equador e Paraguai, são exemplos relevantes deste fato. O Paraguai, perante a crise institucional, utilizou o *Protocolo de Ushuaia*, firmado no marco do Mercosul, no sentido de garantir a normalidade democrática do país, demonstrando a relevância da existência do esquema de integração na região.

Portanto, apesar dos entraves, o processo de integração e suas instituições democráticas podem contribuir de forma decisiva, no aprimoramento e manutenção dos regimes democráticos domésticos na região. A grande compatibilidade entre os preceitos democráticos e as necessidades para a formação da integração, faz com que a última não possa se sustentar senão apoiada pela primeira. Assim, o regionalismo, quando democrático, pode contribuir para a qualificação e aprimoramento das democracias dos países envolvidos.

Por outro lado, é fato que os processos de integração regional são diretamente afetados com os estágios de desenvolvimento e democratização dos países envolvidos. Aquelas sociedades onde a democracia é consolidada e a economia desenvolvida, as instituições domésticas geralmente são mais estáveis, a dinâmica política tende a ser mais transparente e as ações previsíveis, favorecendo substancialmente o desenvolvimento institucional e a participação popular no cerne dos próprios projetos regionais.

O capítulo está dividido em três partes às quais se segue uma conclusão. Na primeira parte, o capítulo narra brevemente o contexto atual de instabilidade democrática na região, situando a pesquisa no contexto histórico em que os dados foram coletados. Na segunda parte, são apresentados e discutidos os dados sobre a percepção da sociedade sul-americana sobre a integração regional e determinadas organizações internacionais, para verificar o nível de reconhecimento destas instituições pelos cidadãos dos países da América do Sul. Na terceira parte, mantendo como variável independente, a preferência das populações dos países do Mercosul e dos países da Comunidade Andina pela integração regional, e os dados demonstram o quanto são favoráveis à democracia e as percepções dos entrevistados sobre as instituições democráticas.

Entende-se por percepção um conjunto de ideias e atitudes correlacionadas, estáveis e condizentes com as crenças e ideologias do indivíduo (Converse, 1964). O sistema de crenças também ser interpretado como as visões e impressões advindas do ambiente físico e social no qual o indivíduo está inserido. Neste cenário, são estabelecidas a ordem de prioridades e metas atreladas às suas preferências (Holsti, 1962). Por fim, o sistema de crenças pode ser compreendido pela soma das orientações cognitivas e normativas que orientam o indivíduo (Putnam, 1976).

O arcabouço quantitativo empregado neste capítulo utiliza como Base de Dados o Latinobarômetro, que consiste atualmente, no principal estudo

sobre o comportamento da sociedade latino-americana. O Latinobarômetro está baseado no modelo do Eurobarômetro, o qual executa, desde os anos 1970, sondagem de opinião nas sociedades da União Europeia, visando contribuir à tomada de decisão dos países membros nos processos de integração. O estudo destes indicadores facilita a análise comparativa das atitudes das sociedades (Latinobarômetro, 2006). Os dados analisados neste trabalho compreendem os anos de 2009 e 2010 alcançando 10024 entrevistados.

1. INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA DO SUL

Embora cento e quarenta países sejam governados por regimes democráticos em todo o mundo, somente em oitenta e dois existe democracia plena. Mesmo que eleitos democraticamente, muitos governos tendem a manter sua autoridade com métodos não democráticos, como modificar as constituições nacionais em seu favor, intervir nos processos eleitorais e restringir a independência dos poderes legislativo e judiciário.

Essa realidade não é muito diferente na América Latina. Entre os países latino-americanos somente três viviam sob o regime democrático há 25 anos. A partir da década de 1980, os Estados da região sofreram grandes transformações em seus regimes políticos. Em sua maioria, as ditaduras na região foram substituídas *a priori* por governos democráticos. Ao mesmo tempo, a crise da dívida enfrentada por estes países provocou situação de vulnerabilidade externa que foram somadas às dificuldades advindas da desigualdade social, geradora de pobreza e miséria; desta forma, a redemocratização não significou a inclusão da população no regime democrático (PNUD, 2004).

A partir da década de 1990, movimentos sociais e atores políticos, alguns vinculados a grupos étnicos, fortaleceram-se, aumentando sua participação nas políticas domésticas nos anos posteriores. Contudo, alguns desses movimentos apresentaram perspectivas militaristas e nacionalistas radicais, provocando incertezas à região. Mesmo que eleitos democraticamente, muitos governos pressionaram pela manutenção da autoridade com métodos não democráticos, como modificar constituições nacionais para seu próprio favorecimento, intervir nos processos eleitorais, além de restringir a independência dos poderes Legislativo e Judiciário.

A redemocratização na região não representou governos totalmente consoantes aos preceitos democráticos. Em países que não enfrentaram golpes

políticos recentemente, como Brasil, Uruguai e Argentina, foram realizadas manobras políticas que facilitassem a manutenção dos presidentes no poder. Os respectivos representantes promoveram reformas constitucionais para continuar no poder ou viabilizar a reeleição – é o caso de José Sarney (1988), Fernando Henrique Cardoso (1994), as intenções declaradas de Luís Inácio Lula da Silva (2009) no Brasil; de Carlos Menem (1995) na Argentina; e Júlio Sanguinetti (1996) no Uruguai. Desta forma, durante a década de 1990 e no início da década de 2000, a América do Sul se transformou no principal foco da instabilidade política do continente. A instabilidade atingiu, de maneira generalizada, políticos tanto das elites tradicionais como daquelas recentemente alçadas ao poder.

Na Venezuela, houve nesse intervalo três tentativas de golpe de Estado, sendo duas em 1992 e uma em 2001. Ainda nesse intervalo, vários presidentes foram afastados do poder: o social-democrata Carlos Andrés Pérez recebeu *impeachment* em 1993, acusado de corrupção administrativa. No Equador, em menos de três anos, de 1997 a 2000, dois presidentes foram afastados do poder. O primeiro deles Abdalá Bucarán, em janeiro de 1997, acusado de “incapacidade mental” pelo Congresso, com apenas seis meses de governo, e outro presidente, Jamil Mauad, foi derrubado por um golpe cívico-militar em janeiro de 2000, com um ano e meio de governo. No Peru, o presidente em exercício, Alberto Fujimori provocou um golpe com a dissolução do parlamento e do judiciário em 1991. Depois de promulgar-se vencedor numa controvérsia eleição em 2000, decidiu se exilar no Japão em 2001. Na Bolívia, o presidente Sánchez de Lozada renunciou em 2003, após a crise política e a mobilização social intensa que se arrastou por todo o ano. Seu sucessor interino, Carlos Mesa, não logrou completar o período de mandato, tendo que renunciar em 2005. Por fim, na Argentina, a volta ao poder da União Cívica Radical durou pouco, posto que a crises institucional e econômica ocasionaram em 2002, a saída do governo do Presidente Fernando de la Rúa.

Concomitante às fragilidades da democracia recém instaurada, cresceu o desencanto da sociedade sul-americana com as reformas neoliberais. As críticas às políticas econômicas adotadas na região na década de 1990 agravaram-se, sobretudo, a partir da sucessão de crises econômicas na virada do século, como a crise da desvalorização do real no Brasil em 1999 e crise argentina em 2001. Além disso, a constatação do fraco desempenho das economias sul-americanas culminou no questionamento das estratégias nacionais e do papel do

Estado na economia. Assim, os maiores países da região revisaram suas escolhas econômicas e com isso as políticas liberalizantes comerciais, sobretudo com os países desenvolvidos, entraram em erosão.

Esse cenário propiciou o surgimento de lideranças identificadas como de esquerda ou direita, as quais revelaram apoio às políticas centralizadoras e autoritárias, principalmente, como solução para questões não resolvidas pelo âmago do regime democrático, e pela necessidade de conter movimentos populares que cresceram nas últimas décadas. No plano doméstico, vislumbrou-se a emersão de governos considerados, em diferentes medidas como progressistas, como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Tabaré Vazquez no Uruguai, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador. A série de vitórias eleitorais desses governos esquerdistas refletiu a insatisfação ao modelo neoliberal no âmbito social. Mesmo que o neoliberalismo beneficiasse alguns setores da economia desses países, o desagrado populacional advindo das ineficiências internas prevaleceu. Assim, a expressão popular passou a reivindicar maior atenção dos Estados às necessidades das classes mais baixas, discurso ofertado justamente pelos políticos de esquerda (Bressan; Furegatti, 2012).

Embora tais governos defendessem necessidades imperiosas de transformação social, apresentaram disparidades entre suas políticas e ideologias, como os governos do Brasil e da Argentina. Ou seja, embora esses governos fossem contrários ao arranjo neoliberal, algumas diretrizes desse modelo perpetuaram na região, marcada por governos com projetos políticos econômicos heterogêneos, que mesclaram prerrogativas sociais, embasadas no nacionalismo, com políticas econômicas ortodoxas.

Tal disparidade entre política e ideologia, dentro da vertente esquerdista, conformou nos primórdios do século XXI, uma nova forma política, o *neopopulismo* (Weyland, 2003), entendido como uma forma política pós-moderna (Trainé, 2004). Com base no populismo clássico, os atuais políticos se apóiam da insatisfação populacional latino-americana, relacionada às reformas neoliberais realizadas na década de 1990, aos governos militares de décadas anteriores, e à insatisfação relacionada aos governos democráticos instáveis dos últimos vinte anos. Portanto, as lideranças *neopopulistas* se utilizam desse tipo de descontentamento para emergirem como novos representantes do povo.

Como representantes deste perfil, os líderes Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa foram frutos dos movimentos sociais crescentes e os eleitores descontentes que apoiaram estes governos por suas promessas de derrubar a classe política dirigente e promover políticas de inclusão. De diferentes origens étnica, social, profissional e política, estas lideranças proclamaram objetivos similares, ainda que vivenciassem realidades diferentes enfrentando oposições distintas (Shifer; Joyce, 2008). Portanto, a América do Sul presenciou uma alteração gradativa nas elites e lideranças, principalmente políticas, no núcleo do poder nacional (Stefanoni, 2012).

Não somente as mudanças políticas revelaram a incongruência entre ineeficiência das medidas econômicas e desenvolvimento institucional democrático os quais permearam os anos 1990. A constante frustração pela falta de melhores oportunidades e condições de vida, pelos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão social resultam em mal-estar, perda de confiança no sistema político democrático e apoio a medidas radicais. Essa tendência foi confirmada pelas informações no relatório do PNUD sobre a Democracia na América Latina. A pesquisa de opinião pública realizada pelo órgão no início dos anos 2000 apresentou a tensão entre a opção pelo desenvolvimento econômico e a democracia pela sociedade. Os dados obtidos indicaram:

- a preferência dos cidadãos pela democracia é relativamente baixa;
- grande parte da população valoriza o desenvolvimento em detrimento à democracia;
- os não-democratas pertencem, geralmente, a grupos com menor nível de escolaridade, cuja socialização ocorreu, fundamentalmente, em períodos autoritários, que têm baixas expectativas de mobilidade social e uma grande desconfiança das instituições democráticas e dos políticos;
- nos países com menores níveis de desigualdade, os cidadãos tendem a apoiar mais a democracia (PNUD, 2004).

Estes dados denotam descrença relevante do sistema democrático de seus países, contribuindo diretamente à instabilidade política e ascensão de governos não democráticos. Portanto, dentro deste cenário, o objetivo geral do capítulo é mensurar a predileção da população dos países da América do Sul, em especial dos países do Mercosul e da Comunidade Andina, pelos preceitos democráticos e o quanto mantém-se favorável aos projetos de integração regional, considerando tal contexto político doméstico da última década.

2. A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

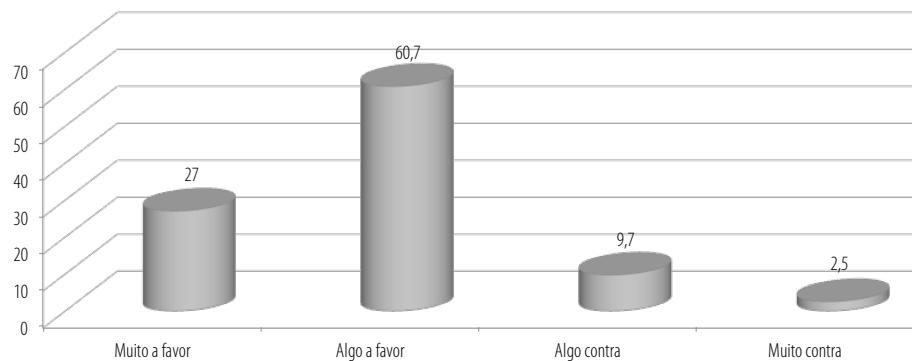
Nesta seção, o intuito é conhecer a percepção da população dos países da América do Sul sobre a integração econômica regional, cooperação política e o reconhecimento sobre determinadas instituições regionais e multilaterais.

Na análise da percepção popular sobre a integração econômica entre os países da América Latina (Gráfico 1. Favorável à integração econômica entre os países da América Latina?), obteve-se um resultado significativo: 60,7% dos entrevistados responderam ter algo a favor à integração, seguidos de 27% dos entrevistados que responderam ser muito favoráveis à integração econômica. Portanto 87,7% do total de entrevistados mostraram-se inclinados pelos projetos econômicos regionais, denotando *a priori* apoio significante os projetos regionais estudados por esta pesquisa.

Este primeiro conjunto de dados revela apoio importante dos entrevistados à integração econômica de seus países. Ainda que estes dados se limitem a considerar o apoio social, os processos somente alcançam dimensões importantes ao seu desenvolvimento, quando há envolvimento e participação de suas populações, sendo assim, relevante a percepção positiva sobre estes processos.

Os dados deste primeiro gráfico serão utilizados na próxima seção, no cruzamento com as perguntas de democracia, para entender e analisar o quanto a população inclinada à integração regional também é favorável aos pressupostos democráticos.

Gráfico 1. Favorável à integração econômica entre os países da América Latina?
Cidadãos dos países da América do Sul (em %)

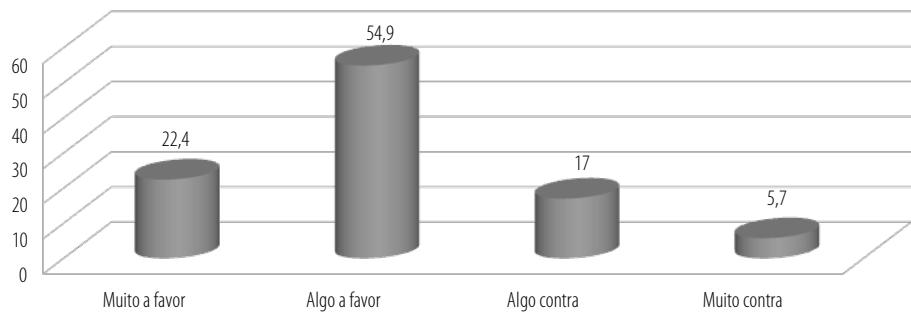


Fonte: Latinobarômetro, 2010.

O Gráfico 2 indica a inclinação dos entrevistados pela cooperação política entre os países da América Latina. Com um resultado também positivo, 54,9% dos entrevistados responderam ter algo a favor à cooperação política, seguidos de 22,4% que contestaram ser muito favoráveis. Portanto, 77,3% do total de entrevistados apoiam a cooperação política entre seus países.

Gráfico 2. Favorável à cooperação política entre os países da América Latina?

Cidadãos dos países da América do Sul (em %)



Fonte: *Latinobarómetro*, 2010.

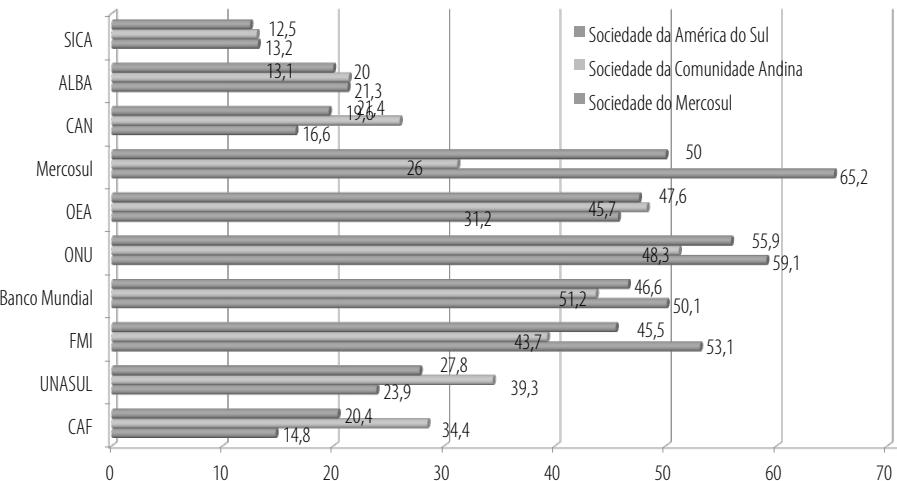
Estes primeiros resultados denotam que as sociedades dos países da América Latina demonstram apoiar os projetos de integração e cooperação entre seus países. Ou seja, ainda que os processos regionais encontrem muitos obstáculos para abranger e atender aos interesses de suas sociedades é possível vislumbrar, em primeiro momento, apoio social à cooperação política entre estes países.

No entanto, para melhor interpretação, estes dados são discutidos a partir do entendimento dos dados do próximo gráfico (Gráfico 3. Conhece estas instituições?), o qual revela o quanto as sociedades entrevistadas reconhecem as organizações internacionais e os projetos regionais da América Latina.

Para melhor discernimento da percepção dos entrevistados e as diferenças entre as populações dos blocos regionais, os entrevistados foram divididos entre três grupos: populações das sociedades do Mercosul, englobando Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai; as populações das sociedades da Comunidade Andina agregando Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; por fim, o último grupo, as populações da sociedade da América do Sul, soma estes dois primeiros grupos ao Chile e Suriname. O gráfico é composto

pelas entrevistas do Latinobarômetro realizadas em 2009 e 2010, compreendendo uma gama de instituições regionais e multilaterais.

Gráfico 3. Conhece estas instituições? (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2009, 2010.

Comparando o conhecimento da população dos países do Mercosul, a organização mais conhecida é o Mercosul (65,2%), seguido das organizações multilaterais: ONU (59,1%), FMI (53,1%), Banco Mundial (50,1%) e OEA (45,7%). Já os projetos regionais são bem menos conhecidos por esta população: 23,9% dizem conhecer a UNASUL, 21,3% a ALBA, 16,6% a Comunidade Andina, 14,8% a CAF e 13,2% a SICA. Estes dados revelam que existe um conhecimento significativo sobre o Mercosul, mas pouco conhecimento sobre as demais instituições de integração, sobretudo quando comparado com os números das organizações multilaterais. Estes dados não condizem com a expressiva predileção dos entrevistados pela integração e cooperação regional, embora demonstrem ser favoráveis à integração econômica e cooperação política entre os países sul-americanos, os entrevistados pouco conhecem os projetos existentes da região.

A análise da percepção popular dos países da Comunidade Andina revela números ainda menos expressivos. Estas populações revelaram conhecer mais as organizações multilaterais que a própria Comunidade Andina e o antigo Banco Andino de Fomento, atual Banco de Desenvolvimento da América Lat-

no (CAF) – o qual fazia parte da estrutura da primeira. A instituição mais conhecida é a ONU (51,2%), seguida pela OEA (48,3%), Banco Mundial (43,7%) e FMI (39,3%). Comparando com o conhecimento do primeiro grupo, a OEA é a única organização mais conhecida dentre estas instituições. Curiosamente, dentro dos projetos regionais mais conhecidos por esta população, a UNASUL (34,4%) e o Mercosul (31,2%) apresentam vantagem sobre a CAF (28,5%), a CAN (26%), a ALBA (21,4%) e a SICA (13,1%). Estes números parecem apontar certo paradoxo quando comparado com dos dados dos primeiros gráficos.

É possível concluir que a população dos países sul-americanos incentiva os projetos de integração e cooperação de forma expressiva. Contudo, possivelmente, o fato de os projetos regionais se mostrarem distantes do cotidiano destes cidadãos, de suas instâncias não sofrerem participação e intervenção destas sociedades, e não promoverem políticas sociais concretas corrobora para o desconhecimento significativo destes projetos regionais. Por sua vez, a maior institucionalização da Comunidade Andina, a própria criação do Parlamento Andino e as eleições diretas em alguns países a este Parlamento, não favoreceram o maior reconhecimento destas instituições pela percepção popular em geral.

Por outro lado, possivelmente pela sua importância e credibilidade no cenário internacional, as organizações multilaterais foram mais reconhecidas pelos entrevistados em comparação às instituições regionais, ressaltando a distância destas últimas em relação às sociedades analisadas.

Os estudos teóricos de integração regional explicam esta distância das massas em relação aos assuntos de política externa. Segundo Ernst Haas (1963), o centro decisório é formado pela liderança composta das elites governamentais e burocráticas, as quais atuam diretamente nas negociações. Ao redor desse suposto núcleo, o outro círculo é formado pelas elites envolvidas na política externa e formadoras de opinião. No círculo seguinte está o público interessado, mas que não é ativo a essas questões. Por fim, na parte de fora localiza-se a massa, alheia às questões internacionais, exceto em momentos em que os assuntos internacionais causem muita repercussão.

No caso dos processos de integração em estudo, o círculo central seria constituído pelos órgãos governamentais nacionais, responsáveis pela instituição dos projetos; seguido pelas elites econômicas, partidos políticos e grupos sociais diretamente envolvidos e afetados pela integração; por fim, a grande população se localizaria no satélite deste sistema. O autor defende o quanto

é perniciosa esta lógica para o desenvolvimento da integração regional, sem participação e envolvimento das sociedades, não há como garantir o funcionamento dos mecanismos democráticos às instituições da integração, fundamentais à evolução e ampliação dos projetos regionais.

Desta forma, o distanciamento e desconhecimento da sociedade pelas iniciativas regionais dificultam fortemente o empoderamento social dos processos regionais e de suas instâncias democráticas. No caso dos Parlamentos Regionais, além das eleições diretas dos seus representantes, esperam-se participação e controle social na agenda dos temas tratados nestes órgãos. Ainda que não detenham capacidade deliberativa, o envolvimento da sociedade com assuntos que cingem as prioridades da agenda destes Parlamentos é fundamental para que a integração incorpore interesses que transcendam as demandas das elites políticas e econômicas, as quais se localizam no núcleo funcional destes processos, e permitam que a integração atenda também às necessidades das sociedades.

O emponderamento social da integração somente seria possível quando a sociedade reconhecer que estes projetos constituem e representam instâncias importantes também para as políticas sociais regionais e domésticas, que interferem na vida cotidiana de seus cidadãos. Por sua vez, este desconhecimento denota também o quanto as iniciativas regionais, suas decisões e ações situam-se distantes das sociedades que abarcam, concentrando-se prioritariamente nos atores que compõem o centro decisório – elites governamentais e burocráticas – além das elites econômicas.

Por fim, o prestígio internacional das organizações multilaterais, somado a maior atuação destes órgãos em políticas domésticas nos países estudados, sobretudo após os anos 1990, fomentam o reconhecimento destas instituições internacionais, superando os números das instituições regionais.

3. A PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE DEMOCRACIA

Nesta seção, são apresentados e discutidos os dados do Latinobarômetro referentes à percepção popular sobre os pressupostos democráticos nos seus respectivos países e na região. Os dados consistem no cruzamento entre a preferência pela integração econômica regional e a defesa dos preceitos democráticos, cujo objetivo foi descobrir se a população favorável aos projetos regionais também apoia a democracia e se há relação entre estes dois temas pela

percepção social. Manteve-se a divisão entre os dois grupos de populações, dos países do Mercosul e dos países da Comunidade Andina, no intuito de detectar as diferenças sub-regionais.

Os dados apresentados foram reorganizados em relação ao questionário do Latinobarômetro, para confrontar as opiniões públicas sobre determinados assuntos. Primeiro, são apresentados os gráficos sobre a predileção dos entrevistados sobre democracia;; em seguida, é apresentado o interesse na política pela percepção popular; por fim, são relevados diversos dados em relação ao voto. Os dados apresentados foram criteriosamente selecionados a partir de uma gama de perguntas do Latinobarômetro coletadas em 2010, no intuito de corroborar e auxiliar a discussão e argumentos deste projeto e seus capítulos.

Os Gráficos 4 e 5 (Com quais das seguintes frases, você está mais de acordo?) investigaram o apoio ao regime democrático dos entrevistados dos países do Mercosul e Comunidade Andina. Para ambas as populações, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo: 70,4% do Mercosul e 69,1% da Comunidade Andina. Contudo, ao aplicar o teste estatístico dos resíduos ajustados, a população dos países do Mercosul que é favorável à integração apresentou destaque ao afirmar que em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático (16,4%). Da mesma forma, os resíduos ajustados mostraram destaque para a população dos países da Comunidade Andina que é favorável à integração regional e afirma que é indiferente ao regime democrático. Este primeiro cruzamento não denotou necessariamente relação entre o apoio à integração e democracia, já que a maioria de ambos os lados defende a democracia como melhor forma de governo.

Gráfico 4. Com quais das seguintes frases, você está mais de acordo?

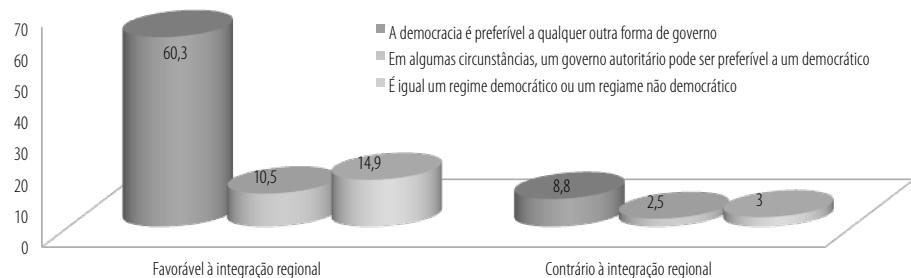
Cidadãos dos países do Mercosul (em %)



Fonte: *Latinobarômetro, 2010.*

Gráfico 5. Com quais das seguintes frases, você está mais de acordo?

Cidadãos dos países da Comunidade Andina (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

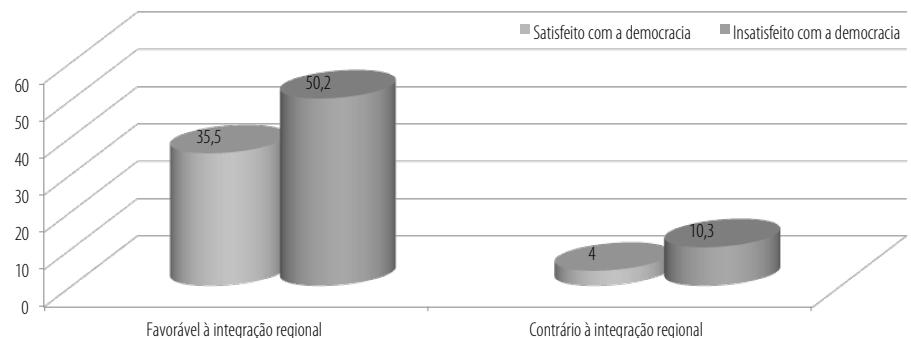
Os Gráficos 6 e 7 (Em geral, você está satisfeito ou insatisfeito com o funcionamento da democracia em seu país?) demonstram relação no cruzamento dos dois temas. Ademais houve diferença expressiva de percepção das populações dos países do Mercosul e da Comunidade Andina.

Dos cidadãos dos países do Mercosul favoráveis à integração, 50,5% estão satisfeitos com a democracia e 38,3% demonstraram insatisfeitos, de forma inversa, daqueles que são contrários à integração, 11,5% estão insatisfeitos com a democracia e em menor número, 4,2% estão satisfeitos deste grupo. Aplicando os testes estatísticos, foi possível identificar correlação no gráfico 8.6.

Gráfico 6. Em geral, você está satisfeito ou insatisfeito com o funcionamento da democracia em seu país?

Cidadãos dos países do Mercosul (em %)

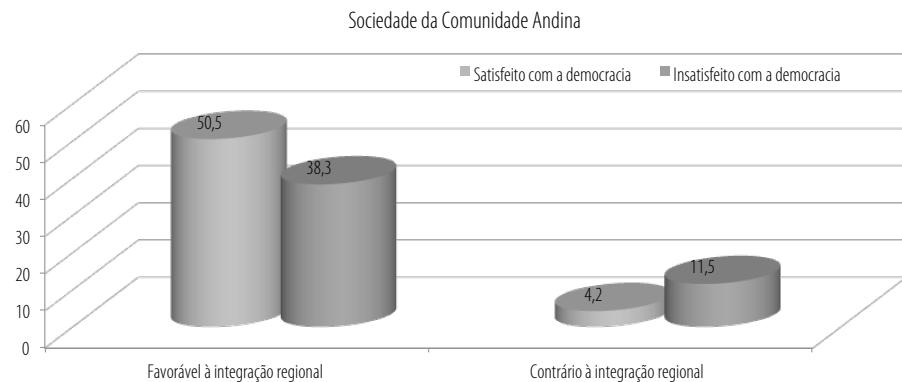
Sociedade da Comunidade Andina



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Gráfico 7. Em geral, você está satisfeito ou insatisfeito com o funcionamento da democracia em seu país?

Cidadãos dos países da Comunidade Andina (em %)



Fonte: *Latinobarómetro, 2010.*

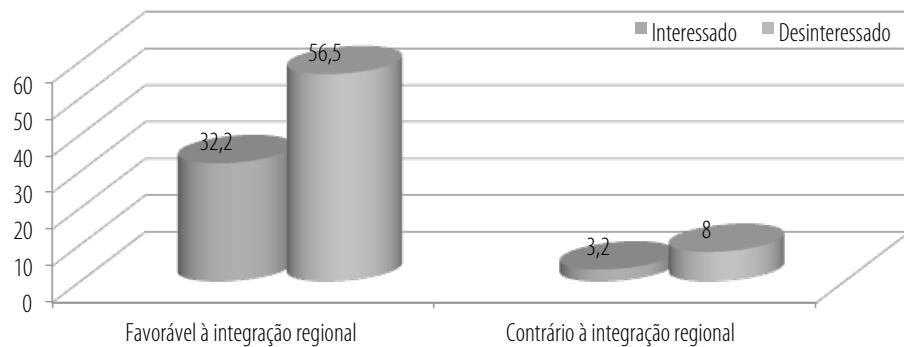
Por sua vez, os cidadãos dos países da Comunidade Andina revelaram maior insatisfação com a democracia de forma geral. De ambos os lados, estas populações estão mais insatisfeitas: 50,2% daqueles favoráveis à integração e 10,3% daqueles que são contrários à integração regional. Portanto, as populações dos países andinos, além de ter menor conhecimento sobre as instituições regionais, também configuraram maior insatisfação atual com a democracia.

A próxima pergunta quer conhecer o quanto os entrevistados são interessados pela política (Gráficos 8 e 9. Você é interessado na política?). Os dados revelam desinteresse relevante pelos cidadãos, quer sejam favoráveis ou não à integração regional. Daqueles que pertencem aos países do Mercosul, 64,5% confirmaram desinteresse pela política, e 75,3% da população da Comunidade Andina apresentaram a mesma resposta. Não houve qualquer correlação com a pergunta sobre integração regional, todavia estes dados revelam o quanto as sociedades analisadas apresentam-se distantes de um assunto que permeia tanto a integração regional, quanto o próprio funcionamento do regime democrático.

Este desinteresse expresso pela população reforça a discussão desta obra, corroborando o argumento de distanciamento e falta de empoderamento social das instituições políticas democráticas, sejam em âmbito doméstico ou regional. O pouco interesse pela política favorece ainda mais o distanciamento das massas do núcleo decisório da integração regional, desfavorecendo a consolidação da democracia nestas esferas regionais.

Gráfico 8. Você é interessado na política?

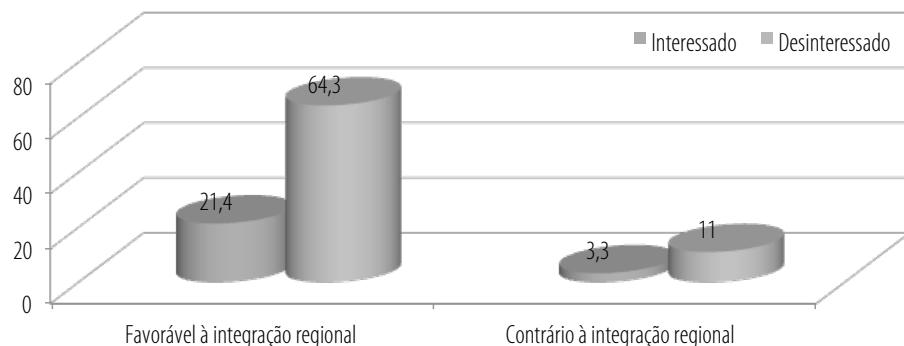
Cidadãos dos países do Mercosul (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Gráfico 9. Você é interessado na política?

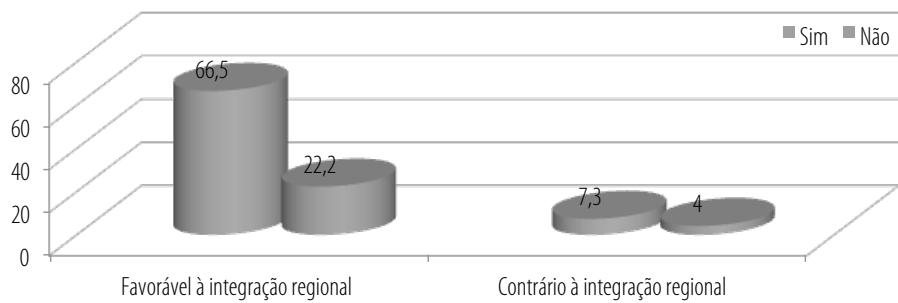
Cidadãos dos países da Comunidade Andina (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

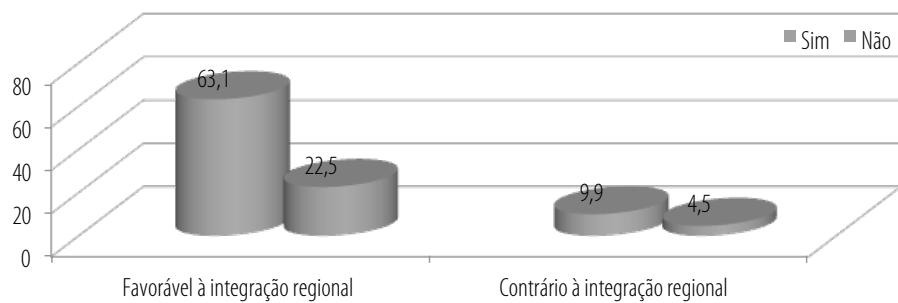
Quando se analisa a percepção da população sobre voto, é expressivo o número de cidadãos que afirmam ser importante votar (Gráfico 10. e 11. Você acha que votar é importante para a pessoa ser considerada um bom cidadão?). Dentre os cidadãos dos países do Mercosul, 73% defendem a afirmação; de forma semelhante, 70% dos cidadãos dos países da Comunidade Andina tiveram a mesma percepção. Portanto, com estes dados parecem indicar que os entrevistados valorizam o voto e seu significado democrático. Contudo, os dados dos gráficos mais adiante põem em discussão esta percepção.

Gráfico 10. Você acha que votar é importante para a pessoa ser considerada um bom cidadão? Cidadãos dos países do Mercosul (em %)



Fonte: Latinobarómetro, 2010.

Gráfico 11. Você acha que votar é importante para a pessoa ser considerada um bom cidadão? Cidadãos dos países da Comunidade Andina (em %)



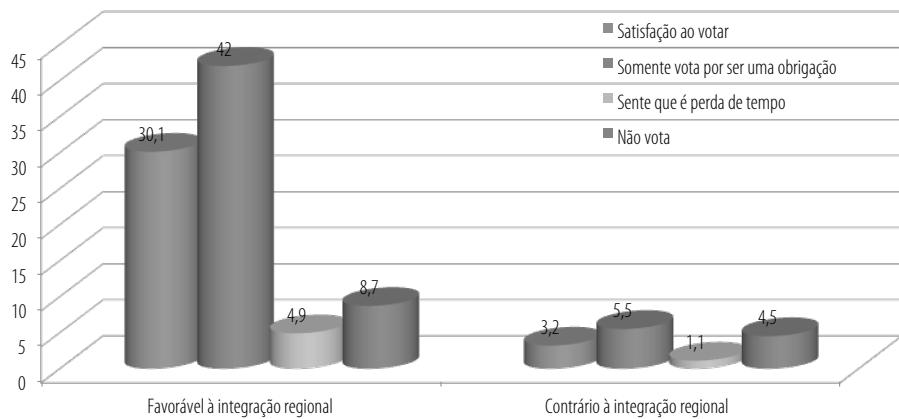
Fonte: Latinobarómetro, 2010.

Os gráficos a seguir (Gráfico 12. e 13. Sentimento de quando vai à urna votar) perguntam sobre o sentimento da população quando se vai à urna votar. É nítido que ambas as populações votam por obrigação. Dos cidadãos dos países do Mercosul, 47,5% demonstraram votar por obrigação, seguidos de 33,3% que sentem satisfação ao votar, de 13,2% que não votam e 5,1% que sentem ser perda de tempo ir às urnas. Os cidadãos dos países da Comunidade Andina expressaram percepções semelhantes 55,6% afirmaram votar por obrigação, apenas 24% que sentem satisfação ao votar, 12,4% disseram não votar e, por fim, 8% que sentem ser perda de tempo ir às urnas. Apesar de a maioria dos entrevistados afirmar que votar é importante para ser considerado cidadão, atualmente os entrevistados parecem descontentes com este ato valorizado anteriormente.

Estes dados corroboram muito para a compreensão das eleições diretas ao Parlamento Regional. O descaso social com este ato democrático fortalece os argumentos expressos na análise das eleições diretas ao Parlandino: muito desconhecimento e falta de interesse, mormente na Colômbia quanto às eleições diretas a este órgão.

Gráfico 12. Sentimento de quando vai à urna votar.

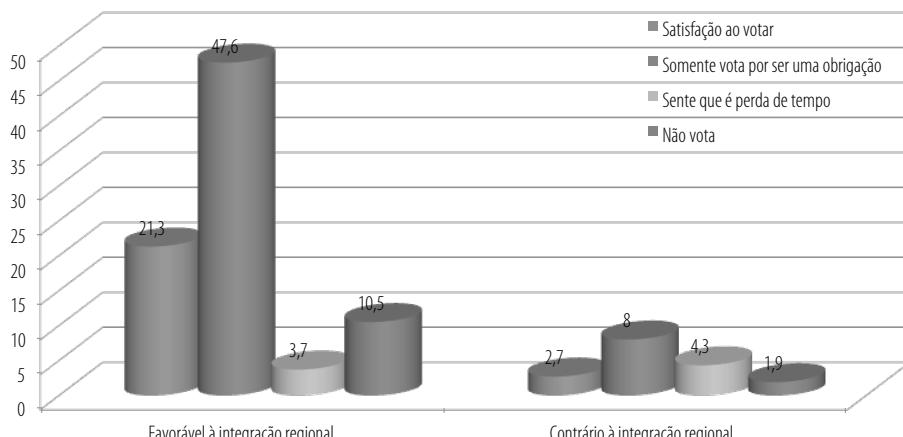
Cidadãos dos países do Mercosul (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Gráfico 13. Sentimento de quando vai à urna votar.

Cidadãos dos países da Comunidade Andina (em %)



Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Na tabela 1. (Se as eleições fossem domingo, em que partido você votaria?), somando os votos brancos, nulos, nenhum e não votaria, obteve-se 25,1% do total de entrevistados das populações dos países do Mercosul e 40,7% da Comunidade Andina. Dados os quais contribuem para o entendimento da abstenção desta população nas eleições ao Parlamento e desmotivação populacional por este canal de participação democrático, que pode ser um dos únicos segundo o conceito da “Democracia Delegativa”. Segundo O’Donnell (2004), o funcionamento da democracia na América Latina consiste na baixa definição e institucionalização das práticas democráticas, pouca transparência no exercício das regras do jogo eleitoral e alta capacidade discricionária do chefe do Executivo associada à alta exclusão social. Tais características marcam o regime democrático na América Latina.

Tabela 1. Se as eleições fossem domingo, em que partido você votaria?
Somente considerados os brancos, nulos, nenhum e não votaria. (em %)

		Favorável à integração regional	Contraário à integração regional
Cidadãos dos Países do MERCOSUL	Nulo/Branco	5,4	0,6
	Nenhum/Não votaria	16,9	2,5
Cidadãos dos Países da COMUNIDADE ANDINA	Nulo/Branco	10,1	2,2
	Nenhum/Não votaria	24	4,4

Fonte: *Latinobarômetro, 2010*.

Os dados desta seção revelam o desgaste das sociedades estudadas em relação ao tema da democracia e seus preceitos. *A priori*, os entrevistados manifestaram predileção pelos regimes democráticos, mas foi possível conferir certo descontentamento com o regime democrático em seus países; ligeira desconfiança nas instituições democráticas; desinteresse expressivo pela política; bem como desmotivação significativa pelas eleições e sufrágio popular.

Estes resultados estão diretamente associados ao contexto histórico explorado na primeira seção. A falta de crença e apoio ao regime democrático pela população também favorece um quadro de instabilidade política doméstica e a ascensão de governos ditos *neopopulistas* como transcorreu nos anos 2000.

Por sua vez, a debilidade democrática interna representa dificuldade para a expansão dos canais democráticos na integração regional. Ainda que o argumento esteja atrelado a dois níveis de análise distintos, dificilmente países com altos déficits democráticos e instabilidade política terão condições de estabe-

lecer projetos de integração estáveis e com determinada participação popular. Portanto, o contexto político atual dos países da América do Sul somado a estes dados sobre a percepção popular pode indicar entrave à institucionalização dos projetos regionais sul-americanos estudados neste relatório.

No caso dos países do Mercosul, a população expressou-se mais favorável aos preceitos democráticos em relação às populações dos países da Comunidade Andina as quais expressarem-se mais céticas em relação à democracia, e menos conscientes dos projetos de integração nos quais seus países participam. De qualquer forma, os dados apresentados neste capítulo demonstram as dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento da integração regional. Embora, os entrevistados apresentem certo apoio à democracia, os dados e o contexto atual demonstram a fragilidade nesse consenso.

Para que haja emponderamento social à integração, é fundamental que os benefícios e impactos positivos gerados por estes processos, tornem-se aparentes, atraindo esses novos atores para sua consolidação. Quanto maior for o número de benefícios, maior será a resposta positiva das camadas participantes e melhor fluirá o processo de integração regional.

Dessa forma, a ampliação da democratização doméstica inclusive nos Estados envolvidos, fomentaria maior participação da sociedade em geral nos projetos de integração. Portanto, é possível afirmar que a diminuição do déficit democrático na integração regional, e a maior democratização interna constituem um processo único e essencial para a consolidação dos dois temas.

Portanto, enquanto não houver adesão efetiva aos preceitos democráticos por parte das sociedades da América do Sul, a integração regional, nos moldes tradicionais, também encontrará resistência e percalços para sua institucionalização, participação popular e emponderamento social. A falta de previsibilidade da ação dos demais Estados, a fragilidade institucional e os percalços à democracia nos contextos domésticos se revelam como fortes barreiras aos processos de integração.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Noberto. *O Futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BRESSAN, Regiane Nitsch. *A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites*. 2012. 277f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

- BRESSAN, Regiane Nitsch; FUREGATTI, Isabela. 2012. Dicotomia democrática na América do Sul: a esquerda chilena e venezuelana. *Cadernos Prolam*, n. 20, 2012.
- CLEARY, M. R. A 'left turn' in Latin America? Explaining the left's resurgence. *Journal of Democracy*, vol. 17, n. 4, p.35-49, 2006..
- CONVERSE, Philip. "The Nature of Belief System in Mass Public". In APTER, David (Org.) *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964.
- COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. 2002. Democracia, Desenvolvimento e Regionalismo. In: *Anais do 3º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política*. Nilópolis, p. 01-45.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DE LA TORRE, Carlos. Masas, pueblo y democracia: un balance crítico de los debates sobre el nuevo populismo. *Revista de Ciência Política*, Santiago, vol.23, n.1, 2003.
- HAAS, Ernst. El Reto del Regionalismo. In HOFFMAN, Stanley (ed.). *Teorías Contemporáneas sobre las Relaciones Internacionales*. Madrid: Editora Tecnos, 1963.
- HOFFMAN, Kelly; CENTENO Miguel Angel. El continente invertido. *Nueva Sociedad*, n. 193. Buenos Aires, setembro-outubro, p. 97-111, 2004.. Disponível em: <<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 28 de outubro de 2011.
- HOLSTI, Ole. *Public Opinion and American Foreign Policy*. Michigan: The University of Michigan Press, 1996.
- KEOHANE, Robert O. *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*. Cambridge: Westview, 1989.
- LATINOBAROMETRO, 2009, 2010. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/>. Acessado em 06 de novembro de 2012.
- MARTIN, Lisa. *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, v. 11, n. 1. Campinas, 2005.
- MOISÉS, José Álvaro. SADEK, Maria Tereza A. Perspectiva de Consolidação da Democracia na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 1. Revista da Fundação SEADE, p. 169-177, jan-mar/1995.
- MONTORO, André Franco. Transição política na América Latina: de regimes autoritários a democracias ainda não consolidadas. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Número 15, outubro/dezembro de 1994, Brasília.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31 São Paulo, p.25-40, 1991.
- O'DONNELL, Guillermo. Notas sobre la democracia en América Latina. In: *La democracia en América Latina: el debate conceptual*. Buenos Aires: PNUD, 2004
- PIZARRO, Roberto. Renovación y dinamismo de la integración latinoamericana en los años noventa. *Estudios internacionales*, 110, abril-junho, 1995.

- PUTNAM, Robert. *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall, 1976.
- PNUD. *A democracia na América Latina. Rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos*. São Paulo: PNUD, 2004.
- REMMER, Karen L. Does Democracy Promote Interstate Cooperation? Lessons from the Mercosur Region. In *International Studies Quarterly*, vol. 42, nº 1, p. 25-51, 1998.
- ROSENTHAL, Gert. Un informe crítico a 30 años de integración em América Latina. *Nueva Sociedad*, nº 133, maio-junho, 1991.
- SELIGSON, Mitchell. Popular Support for Regional Economic Integration in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 31 (1) 1999.
- SHIFER, Michael; JOYCE, Daniel. Bolivia, Ecuador y Venezuela, refundación andina. In: *Política Exterior*, Vol XXII, Mayo/Junio 2008, n. 123, p. 55-66
- STEFANONI; Pablo. Posneoliberalismo cuesta arriba. Los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador en debate. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 239, maio-junho, 2012. Disponível em:<<http://www.nuso.org/>>. Acessado em 08 de julho de 2012.
- TRAINE, Martin. Neopopulismo: o estilo político da pós-modernidade. *Cadernos Adenauer: Neopopulismo na América Latina*, ano V, vol. 2, p.45-60, 2004.
- WEFFORT, Francisco. Democracia política e desenvolvimento econômico. In *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WEYLAND, Kurt. 2003. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity?. *Third World Quarterly*, v. 24, n. 6, p.1095-1115, 2003.